

De acordo com os itens:

3.4 – Os candidatos autores dos projetos com notas iguais ou superiores à 7,0 (sete) serão convocados para Arguição perante a Comissão de Seleção (Anexo 3).

3.4.1 – Haverá a limitação de convocados para a arguição. Serão convocados os candidatos dentro do número de vagas mais 50% do número de vagas para a entrevista.

Divulgaremos a listagem com os convocados para as arguições no dia 26/11. A partir da publicação da listagem, enviaremos as informações das entrevistas, diretamente ao e-mail (informado na inscrição) do candidato.

Sobre recursos:

2.9 – Da nota do projeto somente caberá recurso por erro material.

2.9.1 – O recurso será dirigido ao Coordenador do PPGD, que pedirá parecer à banca examinadora e decidirá em 48 horas da resposta da banca.

As 48 horas começarão a contar das 00h do dia 16/11.

2.9.1.1 – O recurso, assinado, em formulário próprio, com a exposição de fundamentos e motivos deverá ser enviado para o e-mail recursosppgduerj@gmail.com

RESULTADO DAS ANÁLISES DOS PROJETOS DE DOUTORADO

Doutorado - Direito Civil			
Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#61445	Não	8,2	Investigações sobre a quebra eficiente do contrato e os mecanismos de manutenção da eficiência econômica da relação contratual pela perspectiva civil-constitucional: Releituras da função social do contrato e da boa-fé objetiva nas relações paritárias e empresariais.
#61269	Não	7,7	A CAMINHO DE UM FUTURO PÓS-HUMANO? Limites e possibilidades do direito à liberdade de (auto) manipulação do corpo humano em dimensão física e genética
#61423	Não	7,7	Imprescritibilidade no direito civil: por uma proposta de sistematização funcional
#57784	Não	7,6	A NECESSÁRIA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES FRENTE À INCITAÇÃO AO ÓDIO NA ERA DAS SOCIEDADES DIGITAIS
#62015	Não	7,1	A VULNERABILIDADE COMO CRITÉRIO VALORATIVO PARA A REESTRUTURAÇÃO DA SUCESSÃO LEGÍTIMA E DO ROL DOS HERDEIROS NECESSÁRIOS
#61415	Não	7	Proteção à pessoa (pós-) humana: limites éticos e incentivos para os tratamentos e aprimoramentos corpóreos através da Inteligência Artificial
#61550	Não	7	MULHERES COM DEFICIÊNCIA E O GOZO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: O CARÁTER FUNDAMENTAL DOS DIREITOS E A DIFICULDADE DE EFETIVAÇÃO A PARTIR DE DISCRIMINAÇÕES MÚLTIPLAS
#61878	Não	7	PRIVACIDADE DIGITAL: O CONFLITO ENTRE O LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE E A EXIGÊNCIA DO CONSENTIMENTO NA SOCIEDADE INFORMACIONAL
#61876	Não	6,4	ANONIMIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM BUSINESS INTELLIGENCE
#62203	Não	6,2	Famílias em rede: a proteção do direito fundamental à identidade.
#57739	Não	5,9	TESTAMENTO VITAL, ORTOTANÁSIA E CUIDADOS PALIATIVOS: Nem sempre há cura, mas sempre há vida
#57978	Não	5,9	Terceiro cúmplice nas relações de consumo
#61369	Não	5,5	A ALTERIDADE COMO FUGA DA OBJETIVAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PELO DISCURSO MÉDICO NA ANÁLISE DE SUA CAPACIDADE CIVIL
#61341	Não	5,2	O reajuste por sinistralidade nos contratos de planos de saúde coletivos
#61831	Não	5,1	PANDEMIA CONTRATUAL: EFEITOS DO CORONAVÍRUS SOBRE OS CONTRATOS PARTICULARES
#58569	Não	4,7	A (IN)EFICÁCIA DO SISTEMA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE AS COTAS REGIONAIS E A POSSÍVEL AFRONTA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA
#61463	Não	4,7	O descarte do embrião excedentário: Um debate da sua proteção no cenário jurídico
#61361	Não	4,5	DE REPENTE UMA FAMÍLIA Os desafios e as perspectivas da adoção necessária na cidade do Recife/PE
#61084	Sim	3,6	A Patente Unitária e o Monologismo frente à Soberania dos Estados
Doutorado - Direito da Cidade			
Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#61993	Não	8	Avaliação de Políticas Públicas Habitacionais: moradias dignas ou mais do mesmo? - o caso do Programa Na Régua
#61588	Não	8	O poder normativo das regiões metropolitanas
#61925	Não	8	AS REDES SOCIAIS COMO A NOVA ÁGORA?
#58534	Não	8	DIREITO AMBIENTAL E FATO CONSUMADO: levantamento de parâmetros para a (não) apreciação pelo Poder Judiciário
#61798	Não	8	NUDGES E O ACESSO À CIDADE: UM RECORTE DE GÊNERO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NOS TRANSPORTES URBANOS COLETIVOS, NA CIDADE DE JUIZ DE FORA/MG
#61624	Não	8	A concessão de usucapião extraordinária sem observância dos critérios da ordenação das cidades do artigo 182, da CF: a constitucionalização simbólica e as consequências para a expansão urbana desordenada
#61673	Não	8	Intolerância e direito à liberdade religiosa no Rio de Janeiro do século XXI
#61848	Não	7,5	DOS CENÁRIOS URBANOS UTOPICOS À DISTOPIA DA CIDADE MODERNA: Por uma teoria da Justiça Espacial.
#61759	Não	7,5	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, DIREITO À MORADIA E FERROVIAS EM ÁREAS URBANAS: O PROBLEMA DA REGIÃO METROPOLITANA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
#61830	Não	7,5	A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS INDÍGENAS NO CENÁRIO URBANO DE INTOLERÂNCIA: RISCOS À QUALIDADE DA DEMOCRACIA NO BRASIL
#57334	Não	7	OS AGLOMERADOS URBANOS SUBNORMAIS E AS CIDADES INTELIGENTES: NOVAS FORMAS DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA E À PROPRIEDADE NA COMUNIDADE DO CESARÃO NO RIO DE JANEIRO POR MEIO DO PROJETO MORADIA DIGNA, MORADIA LEGAL
#62085	Não	7	Conflitos Administrativos nos Municípios: O Universo dos Contratos Públicos de Locação e o Controle de Constitucionalidade Arbitral
#61063	Não	7	DIREITOS HUMANOS NAS CIDADES INTELIGENTES: PARÂMETROS PARA GARANTIA QUE O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NÃO DISCRIMINE O DIREITO À PRIVACIDADE E O DIREITO À CIDADE
#61877	Não	6	Compliance como instrumento de efetivação da participação popular na gestão democrática das cidades
#61973	Não	6	O Estatuto da Cidade Sob o Prisma do Marxismo Ecológico: Do direito da natureza ao direito de transição
#61906	Não	6	A RESPONSABILIDADE CIVIL POR OMISSÃO DO ESTADO ANTE O DESMATAMENTO EM ÁREAS PROTEGIDAS DE DOMÍNIO PRIVADO E O DEVER DE CONSERVAÇÃO: DIREITO INTERNO E INTERNACIONAL
#61909	Não	6	ANÁLISE DO MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
#61488	Não	6	A IDEOLOGIA DA DECADÊNCIA E A PROMESSA DE RETORNO DA ATENAS BRASILEIRA EM FACE DA GENTRIFICAÇÃO NO COMPLEXO DEODORO EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO
#61493	Não	6	O PROBLEMA JURÍDICO-SOCIAL DA GENTRIFICAÇÃO NA SHARING ECONOMY E A INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO NA GESTÃO DE ESPAÇOS URBANOS
#61349	Não	6	IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS OCASIONADOS PELA MINERAÇÃO DE AGREGADOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM ÁREAS URBANAS
#61540	Não	6	CONCILIAÇÃO EXTRAJUDICIAL COMO MEIO DE GARANTIR O DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA: ESTUDO DE CASOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
#61804	Não	6	Saneamento de Favelas: uma proposta teórica-metodológica
#58175	Não	6	A REVITALIZAÇÃO URBANA POR MEIO DA USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL
#61817	Não	5,5	O Regime Jurídico da participação de Interessados no Licenciamento Ambiental - Uma análise da doutrina e da legislação brasileira por meio do dever fundamental de proteção ambiental e do licenciamento como processo administrativo.
#61853	Não	5	“NÃO TEM LUGAR PARA ‘VIADO’ AQUI!”: A divisão do trabalho jurídico para efetivar o Direito à Cidade dos homossexuais e desmantelar a realidade da “cidade-armário” no município de Maceió/AL.
#61573	Não	5	A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO PÓS PANDEMIA
Doutorado - Direito do Trabalho e Previdenciário			
Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto

#61215	Não	8	DA CARIDADE À SOLIDARIEDADE: UM REPENSAR SOBRE A DINÂMICA DOS ARRANJOS SOCIAIS DE ACESSO À CIDADANIA AOS TRABALHADORES INFORMAIS
#62201	Não	8	Um modelo de previdência social para o Brasil: Uma Análise a partir das reformas da Argentina, Colômbia e Chile.
#61211	Não	7,5	Responsabilidade dos Administradores de Fundos de Pensão: compliance previdenciário sob a égide da Lei Complementar nº 109/2001
#61265	Não	7	MERCOSUL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA TRANSNACIONAL: estudo nas divisas entre o diálogo e o silêncio sociais
#62202	Não	7	O direito de acesso à Informação previdenciária e impactos na arquitetura de escolha do relacionamento com os segurados da previdência social.
#61301	Não	5	PREVIDÊNCIA SOCIAL E GÊNERO: POR UM MODELO EQUITATIVO DE APOSENTADORIA POR IDADE
#61634	Não	5	DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19. NECESSIDADE DE UM DIREITO EMERGENCIAL SOB A PERSPECTIVA DO GARANTISMO SOCIAL
#57707	Não	5	PROTEÇÃO SOCIAL NO DESEMPREGO: unidade, harmonia e ordenação como condições indispensáveis à (re)construção de um sistema
#61873	Não	5	AS REPERCUSSÕES DA REFORMA TRABALHISTA NA ESTRUTURA SINDICAL E SEUS IMPACTOS NOS USOS DA GREVE
#61412	Não	5	O auxílio por incapacidade temporária para o trabalho e a prova médico-pericial: o que a pandemia da COVID 19 trouxe de ensinamentos
#61294	Não	5	HOME OFFICE: O FUTURO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL?
#61281	Não	5	ANÁLISE CRÍTICA DA DESCONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO PÓS 2016 À LUZ DOS PRINCÍPIOS LABORAIS E DA CONSTITUIÇÃO
#61633	Não	5	O Trabalho como Elemento Propulsor da Dignidade Humana
#62006	Não	5	TECNOESTRESSE E TRABALHO DECENTE: O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NA ERA DIGITAL
#61723	Não	5	BARRIGAS DE ALUGUEL COMO TRABALHO NO BRASIL: UM OLHAR SOB O PONTO DE VISTA DA PROTEÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA
#61690	Não	5	O status principiológico trabalhista da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva
#61750	Não	5	Logospirataria como fator impulsor da pejotização no trabalho e seus impactos na economia brasileira
Doutorado - Direito Internacional			
Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#57850	Não	7,6	A SITUAÇÃO JURÍDICA DO REFUGIADO AMBIENTAL: Uma necessária discussão no sistema internacional.
#61042	Não	7,4	O CONTROLE HÍBRIDO DE CONVENCIONALIDADE COMO MECANISMO DE TUTELA MULTINÍVEL DOS DIREITOS HUMANOS; O NECESSÁRIO DIÁLOGO JUDICIAL ENTRE STF E CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
#62067	Não	6,8	As investigações do Tribunal Penal Internacional (TPI) dos crimes cometidos no Afeganistão e a retomada do poder pelo Talibã: o Direito Internacional e a mudança de regimes
#61647	Não	5	REFLEXOS DA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA NAS RELAÇÕES EXTERIORES: Uma Análise da Nova Agenda Ambiental Brasileira frente ao Processo de Internacionalização dos Direitos Ambientais
#61824	Não	4,6	A SITUAÇÃO DOS ARTISTAS LATINO-AMERICANOS REFUGIADOS NO BRASIL SOB A LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL
#62041	Não	4,6	A construção participativa do direito à justiça ambiental através do pluralismo jurídico crítico: A emergência do Princípio do Comum Ecológico
#61212	Não	4,4	Acolhimento humanitário de refugiados venezuelanos no Brasil: um estudo de caso sobre a assistência e proteção de crianças e adolescentes imigrantes.
#61897	Sim	4,2	O Direito como Fundamento da Cidadania e da Inclusão da Pessoa com Deficiência na Perspectiva Internacional
Doutorado - Direito Penal			
Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#62011	Não	ELIMINADO(PROJETO IDENTIFICADO)	COOPERAÇÃO POLICIAL INTERNACIONAL, A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO POLICIAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO BRASILEIRO
#61380	Não	9,7	(Im)posturas municipais: uma investigação sobre a história das criminalizações locais nas cidades do eixo Rio de Janeiro-Minas Gerais-São Paulo-Espirito Santo no Império e na República Velha (1828-1930), sua forma, seu conteúdo, suas funções e permanências
#57534	Não	9,3	A heterocolocação em perigo consentida no direito penal: uma análise a partir dos direitos subjetivos
#61567	Não	9,1	MERCADO, SUJEITO DE DIREITO E PODER PUNITIVO: análise da seletividade punitiva a partir do conceito pachukaniano de subjetividade jurídica.
#61892	Não	9	PARA UMA ECONOMIA POLÍTICA DO EXTERMINIO: UMA ANÁLISE DA LETALIDADE POLICIAL NO BRASIL CONTEMPORANEO A PARTIR DO DIÁLOGO COM A ECONOMIA POLÍTICA DA PENALIDADE
#62014	Não	8,9	O feminicídio não-intimo como categoria jurídica: um estudo da sua construção dogmático-penal e seu reconhecimento judicial no Brasil e na América Latina
#61893	Não	8,9	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL E PROVA TRANSNACIONAL "A LUZ DO DEVIDO PROCESSO LEGAL
#61405	Não	8,9	O (ANTI)TERROR ESTÁ NA ORDEM DO DIA: Análise da Lei n 13.260/2016 à luz da dogmática teleológica funcional redutora do poder punitivo e de uma história brasileira da criminalização do terrorismo
#61889	Não	8,9	RACISMO E VERDADE: ANÁLISE DO DISCURSO JURÍDICO EM PROCESSOS CRIMINAIS DE ROUBO NA COMARCA DE SALVADOR/BA
#62007	Não	8,8	"Guerra às drogas": os impactos na educação e na economia local do Complexo do Alemão
#61901	Não	8,8	Por que nossa dor não chega aos jornais? O fim dos direitos e a necropolítica a partir dos discursos e consensos midiáticos
#61956	Não	8,8	Justiça ou Negócio Penal? Gerencialismo e punição na construção dos acordos e na expansão da justiça negocial no Brasil
#61957	Não	8,7	O ENSINO DAS CIÊNCIAS CRIMINAIS: ENTRE A FRAGMENTAÇÃO E A INTEGRALIZAÇÃO DOS SABERES
#62039	Não	8,6	TRANSFEMINICÍDIO: A CONSTRUÇÃO DA VERDADE NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL
#61661	Não	8,6	Justiça restaurativa e racismo na sociedade brasileira: buscando transformações sociais mediante um paradigma dialógico de justiça
#58497	Não	8,5	Enquadrando os atores do sistema de justiça criminal: uma análise criminológica a partir da teoria da agenda
#61296	Não	8,5	Pirâmides Financeiras: Por um Enquadramento Penal Adequado e Proporcional
#61209	Não	8,5	Política Criminal Legislativa um estudo sobre racionalidade e populismo penal nas justificativas político-criminais dos projetos de lei do Congresso Nacional (2019-2022)
#61316	Não	8,5	PODE SE FALAR EM CRIMINOLOGIA QUEER? UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DAS POLÍTICAS DE ENCARCERAMENTO, (IN) SEGURANÇA PÚBLICA E QUESTÕES DE GÊNERO EM MANAUS/AM
#61482	Não	8,4	Criminologia dos Condenados: construção teórica a partir da margem brasileira
#61399	Não	8,3	Economia política neoliberal da "guerra às drogas" no Rio de Janeiro
#62080	Não	8,3	Meu corpo, suas regras: paternalismo ou proteção estatal à mulher vítima de violência física e sexual?
#61920	Não	8,1	"O barão da ralé": uma análise dos processos criminalizantes que perpassam a figura do malandro carioca.
#61403	Não	8,1	Necessidade de pena e culpabilidade: a discussão sobre a aplicação da culpabilidade por vulnerabilidade como causa de exculpação supralegal
#61389	Não	8,1	Direito Penal: instrumento de legitimação da violência simbólica pelo Estado brasileiro?
#61542	Não	8	Vale o quanto custa: Uma análise econômica dos crimes de feminicídio na cidade do Rio de Janeiro/RJ
#61668	Não	7,9	O Paraíso das Finanças Profanas: organização, poder e crime
#62112	Não	7,8	Corpos femininos encarcerados: um olhar para além do poder punitivo através de práticas feministas criminológicas
#62021	Não	7,6	GÊNERO E TRÁFICO - CRIMINALIDADE FEMININA E O FENÔMENO DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
#57613	Não	7,4	CRIMINALIDADE E RACIONALIDADE: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA ECONÔMICA DO DIREITO E DA TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL.
#57697	Não	7,2	(DIS) CURSO DE PUNIÇÃO: O encarceramento como política do autoritarismo
Doutorado - Direito Processual			
Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#57685	Não	9	Novas Perspectivas do Princípio do Contraditório no Sistema Jurisdicional Brasileiro
#61375	Não	9	A vedação à decisão surpresa: uma análise comparada da interpretação e aplicação da norma no direito brasileiro, alemão e norte-americano
#61404	Não	8	Desjudicialização e Fazenda Pública: o contencioso administrativo como instrumento de acesso à ordem jurídica justa
#61601	Não	8	O PROCESSO COMO ALTERNATIVA: A MEDIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL OBRIGATORIA NOS CEJUSCs DA JUSTIÇA DO TRABALHO E O ACESSO À JUSTIÇA
#61598	Não	8	A SOBREPOSIÇÃO ENTRE AS ESFERAS CÍVEL, ADMINISTRATIVA E ELEITORAL NO TOCANTE ÀS SANÇÕES DA AÇÃO CÍVEL PÚBLICA E AO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL.
#61368	Não	8	A RELEITURA DO INTERESSE DE AGIR À LUZ DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS A FIM DE ALCANÇAR O NECESSÁRIO EQUILÍBRIO NO USO DAS FERRAMENTAS JUDICIAIS
#61727	Não	8	JURISDIÇÃO E LITIGIOSIDADE NO SETOR DE INFRAESTRUTURA: FUNDAMENTOS PARA CONCRETIZAÇÃO DA TUTELA EFETIVA E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL
#62083	Não	8	METACONCRETIZAÇÃO DO PROCESSO CIVIL: Critérios para a concretização e interpretação do processo civil pragmatista
#61781	Não	8	PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA FASE PRÉ-PROCESSUAL DA PERSECUÇÃO PENAL COMO FORMA DE RESSIGNIFICAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA CRIMINAL
#58029	Não	8	EXECUTIVO PELO ÁRBITRO: a ressignificação dos princípios da cooperação, da eficiência e da efetividade pela atuação do árbitro como juiz competente na fase de execução das suas decisões
#61259	Não	7	Análise econômica do processo coletivo: em busca da eficiência como bem-estar social
#58616	Não	7	PODER-DEVER GERAL DE GESTÃO JUDICIAL: conceituação, abrangência e parâmetros de controle de técnicas atípicas de gestão para a otimização da prestação jurisdicional
#57852	Não	7	O alinhamento entre o publicismo e o privatismo no renovado processo civil brasileiro – aproximação de modelos e soluções compartilhadas em busca da superação globalizada da crise de desempenho da Jurisdição Civil
#58042	Não	6	FUNDAMENTAÇÃO DE DECISÕES ARBITRAIS: NULIDADES PROCESSUAIS E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
#61793	Não	6	A CENTRALIZAÇÃO DE PROCESSOS REPETITIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

#58420	Não	6	INTERPRETAÇÃO DO PEDIDO: CRITÉRIOS E PARÂMETROS PARA A APLICAÇÃO DO §2º DO ART. 322 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
#61713	Não	6	A ATIVIDADE INVESTIGATÓRIA COMO FENÔMENO JURÍDICO: CARACTERIZAÇÃO, LIMITES E POSSIBILIDADES
#61280	Não	6	A (IN) CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DO ARTIGO 528, § 2º, DA LEI Nº 13.105/2015 (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL): uma violação aos direitos fundamentais do devido processo legal e da ampla defesa?
#61829	Não	6	IMPACTOS E REFLEXOS DO FINANCIAMENTO DE LITÍGIOS JUDICIAIS NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO
#61526	Não	6	COISA JULGADA MATERIAL E ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE: duas espécies de “estabilidades processuais” e suas distinções
#61525	Não	6	A REPRESENTAÇÃO ADEQUADA NO PROCESSO COLETIVO E O PROJETO DE LEI “ADA PELEGRINI GRINOVER” (PL nº1641/21): UMA RELEITURA DO ACESSO À JUSTIÇA
#61850	Não	6	CONTRATUALIZAÇÃO DO SENTIDO DO DIREITO: a valorização da autonomia negocial dos amici curiae na formação do precedente judicial.
#61494	Não	6	Sistemas de processo individual e coletivo: complementares ou adversariais no controle jurisdicional de Políticas Públicas no Brasil?
#58434	Não	5	As USA class actions com a microcomparação à luz do Direito processual brasileiro e os processos judiciais contra as empresas brasileiras investidoras da NYSE: Visão, Perspectivas e Análises
#61362	Não	5	CONVENÇÕES PROCESSUAIS EM LIDES TRIBUTÁRIAS
#61512	Não	5	A identificação de autoria a partir de prova em vídeo no processo penal
#61717	Não	5	Acesso à Justiça, Tribunal Multipartas e Processo Civil: os conflitos intersubjetivos analisados sob a ótica da Análise Econômica do Direito.
#61497	Não	5	FINANCIAMENTO DE LITÍGIOS: possibilidades de sua aplicação ao processo civil brasileiro, em especial o coletivo, a partir da experiência australiana
#57912	Não	5	Prova Pericial: uma análise sobre a sua fiabilidade
#62003	Não	5	Teoria da decisão judicial: as possibilidades de aproximação entre a teoria dos sistemas e a teoria institucional na análise econômica do processo civil.
#61491	Não	5	“O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA”. SUA EFICÁCIA EM PERSPECTIVA PENAL, HUMANA, SOCIAL E PSICANÁLTICA PERANTE A SOCIEDADE COMPLEXA, DE RISCO E NECROPOLITIZADA DO BRASIL, SÉC. XXI. EM CHANCELA, “AS MISÉRIAS DO PROCESSO PENAL.” F. CARNELUTTI.
#57774	Não	5	INEXISTÊNCIA, INVALIDADE E INEFICÁCIA NO PROCESSO CIVIL ATUAL
#62028	Não	4	Convenções processuais em matéria sucessória: critérios para o controle judicial do exercício da autonomia no Direito das Sucessões
#61591	Não	4	Da presença da ausência: análise da jurisdicalização seletiva na execução penal brasileira.
#58353	Não	4	PECULIARIDADES PROCESSUAIS E ACESSO À JUSTIÇA DOS POVOS INDÍGENAS. UMA ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS À LUZ DO PLURALISMO JURÍDICO.
#61559	Não	4	“O PROCESSO PENAL EM CESARE BECCARIA (1764), E SUAS INFLUÊNCIAS NO RITO DO DIREITO NO DEVIDO PROCESSO LEGAL CONTEMPORÂNEO, BRASIL, SÉC. XXI”
#61354	Não	4	PENSO, MAS NÃO EXISTO: O JURISDICIONADO HUMANO E SUA SEGURANÇA JURÍDICA FRENTE À RESOLUÇÃO DE SEUS CONFLITOS PELA JUSCIBERNÉTICA.
#61434	Sim	4	A não regulamentação do capítulo da comunicação social insculpido na constituição federal de 1988 no Brasil: concentração de meios, manipulação da opinião pública, mudança de regime de 2016 e sua relação com o lawfare e uso de redes sociais com o sistema de justiça brasileiro.
#61998	Não	4	ACORDO DE NAO PERSECUÇÃO CÍVEL E OS DESAFIOS DE SUA APLICABILIDADE PROCEDIMENTAL

Doutorado - Direito Público

Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#61629	Não	8,8	Um caminho para a redução da desigualdade social no Brasil: maior redistribuição de riquezas e inclusão na Previdência Social
#61292	Não	8,4	Entre a lei e a baioneta: Constituição e Forças Armadas na Nova República
#57888	Não	8,2	REGULAÇÃO E INOVAÇÃO: NOVAS ESTRATÉGIAS E UM NOVO KIT DE FERRAMENTAS PARA O FUTURO
#61607	Não	8,1	Arte e censura na Constituição de 1988: entre o signo da liberdade e a permanência do Imprimatur.
#57823	Não	7,8	O legislador da regulação econômica: entre a racionalidade limitada e a atuação emocional – a construção de um repertório de atuação.
#61390	Não	7,6	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: RESERVA DE CONTROLE, MINIMALISMO CONTROLADOR E DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS
#61307	Não	7,4	CONTROLE POLÍTICO DE EMENDAS E DESENHOS INSTITUCIONAIS PARLAMENTARES: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE BRASIL E AMÉRICA LATINA
#61927	Não	7,4	TORNAR O DIREITO À ALIMENTAÇÃO UM DIRETO CONSTITUCIONAL IMPORTA? Um olhar sobre a América Latina no período pré e pós-pandemia
#57875	Não	7,3	UM TRIBUNAL DE CASOS OU UM TRIBUNAL DE TESES? A (IN)EFICÁCIA DOS PRECEDENTES NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL EM UMA TRADIÇÃO DE INDEPENDÊNCIA JUDICIÁRIA
#58082	Não	7,2	CONTEÚDO JURÍDICO DO ERRO GROSSEIRO
#57821	Não	7,1	SINCERIDADE JUDICIAL E PRAGMATISMO NA JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA PURA: O CASO BRASILEIRO A PARTIR DE 2013
#61963	Não	7	Sistemas eleitorais e democracia virtual: Estudo sobre a representação direta
#61365	Não	6,7	AUTORREGULAÇÃO, CONCORRÊNCIA E O NOVO MERCADO DE GÁS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM MERCADO ORGANIZADO NA COSTA FLUMINENSE
#61421	Não	6,7	Liberdade religiosa e eleições: a Justiça Eleitoral entre princípios e regras.
#61484	Não	6,5	A Utopia da Igualdade de Gênero na Política Brasileira: Limites e Alcance da Representatividade Política das Mulheres
#61429	Não	6,5	DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS: a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana sob a teoria feminista do direito
#61235	Não	6,5	MOEDA DIGITAL SOBERANA DESAFIOS JURÍDICO-NORMATIVOS
#61548	Não	6,4	A lei geral de proteção de dados e a Administração Pública: desafios e limites ao gestor na realização do interesse público.
#61928	Não	6,4	ATUAÇÃO DAS CASAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL EM MATÉRIAS DE DIREITO AGROAMBIENTAL
#61346	Sim	6,4	CRISE DO CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO E DOS IMPERATIVOS DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL (2013-2021): INSTITUIÇÕES E CONSTITUIÇÃO
#61476	Não	6,3	A Revolução Tecnológica e seu impacto no direito social ao trabalho: uma agenda de transformação
#61613	Não	6,2	A tutela da diversidade humana: respeitar, valorizar, proteger e promover
#62053	Não	6,2	O processo de judicialização de ações afirmativas no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
#61914	Não	6,1	Velhices, Direitos Humanos e Ministério Público: limites, possibilidades e perspectivas da escuta da pessoa idosa, como paradigma de atuação resolutiva na defesa dos direitos individuais indisponíveis
#61571	Não	6	NEOPOPULISMO E DIREITOS SOCIAIS: ESTADO ASSISTENCIAL DE DIREITO E O PAPEL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS ESTADOS INTEGRANTES DO CONE SUL
#61566	Não	5,9	Liberdade de expressão, democracia e controle judicial: quando o discurso de ódio ameaça o regime democrático
#62094	Não	5,8	COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E O TRATAMENTO DIGNO DE DEPENDENTES QUÍMICOS: PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
#61728	Não	5,8	RESPONSABILIDADE CONSTITUCIONAL E O FIM SOCIAL DAS EMPRESAS POR MEIO DO DIÁLOGO INTERSETORIAL: um estudo de caso no projeto PERNOH – Projeto Escrevendo e Reescrevendo Nossa História.
#61388	Não	5,7	A inteligência artificial a serviço da advocacia pública: a implantação do Super Sapiens na AGU
#62012	Não	5,7	EROSÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL: DIÁLOGOS SOBRE A DEMOCRACIA, CONTRADEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA
#61765	Não	5,6	DEMOCRACIA E O CONTROLE DA MEGAPOLÍTICA PELO JUDICIÁRIO: uma análise do caso brasileiro
#62047	Não	5,6	O FEDERALISMO BRASILEIRO: limitador ou condição de possibilidade para o acesso à saúde justa?
#61979	Não	5,5	O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E O PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO REGISTRAL APLICADOS À DEFESA DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE
#58500	Não	5,4	DIREITOS HUMANOS E BIOTÉCNICA SOCIAL: GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA E AS PERSPECTIVAS PÓS-PANDEMIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE BRASILEIRO
#61828	Não	5,2	A (IN)APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A GARANTIA JURISDICIONAL DA CONSTITUIÇÃO: limites à discricionariedade judicial e meios para efetividade do processo constitucional
#61352	Não	5,2	O CONTROLE JUDICIAL NA REGULAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR: UMA ANÁLISE DA DEFERÊNCIA DO TJRJ AOS ATOS NORMATIVOS DA ANS NA CONCESSÃO DE HOMECARE
#61492	Não	5,2	Os procedimentos da padronização, da pré-qualificação e análise de amostras dispostos na Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, como mecanismos para aquisições mais vantajosas objetivando os interesses públicos primários.
#61220	Não	5,1	O CONTRAMAJORITARIANISMO EM BROWN V. BOARD OF EDUCATION OF TOPEKA E SUA LEITURA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA ANÁLISE ACERCA DO USO DA JURISPRUDÊNCIA ESTADUNIDENSE NO CONTEXTO BRASILEIRO
#61769	Não	5,1	O direito fundamental ao saneamento básico, o Federalismo de cooperação e as normas de referência – a consecução material de acesso à água potável e serviços sanitários sob a perspectiva do modelo federal brasileiro
#61237	Não	5	O ativismo judicial e o Supremo Tribunal Federal: a zona cinzenta entre Política e Direito e os desafios para manutenção da normalidade institucional em tempos de instabilidade política e intensa polarização ideológica
#61453	Não	4,8	“Bandido bom é bandido morto”: a operação policial na comunidade do “Jacarezinho” na cidade do Rio de Janeiro ocorrida em 06 de maio de 2021 sob a ótica do Garantismo Jurídico
#61783	Não	4,8	O Dispute Board como instrumento concretizador do interesse público nas controvérsias jurídicas decorrentes do exercício das prerrogativas contratuais, pela Administração Pública, no âmbito das contratações públicas de infraestrutura.
#61627	Não	4,7	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E DEMOCRACIA ALEATÓRIA: formação de cortes populares por sorteio
#62064	Não	4,6	“Governar é construir estradas”: a jurisdição constitucional como instrumento de integração do espaço brasileiro.
#61225	Não	4,2	A promoção da governança pública em uma instituição federal de ensino

Doutorado - Empresa e Atividades Econômicas

Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#61087	Não	8,7	TÍTULOS DE CRÉDITO: DOS MERCADORES DE VENEZA AO BLOCKCHAIN. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CRÉDITO POR MEIO DO USO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS
#57727	Não	8,6	PATENTES ESSENCIAIS (SEP) E LICENÇAS FRAND NO BRASIL: ESTUDO DOS PARÂMETROS NORMATIVOS PARA A REGULAMENTAÇÃO DESSAS LICENÇAS PELO DIREITO BRASILEIRO E LIMITES AO PLENO EXERCÍCIO DO DIREITO PROPRIETÁRIO DESSAS PATENTES

#61689	Não	8,4	ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E FRAUDE NO INVESTIMENTO EM STARTUPS EM ÂMBITO NACIONAL
#61729	Não	8,1	A Convenção sobre a Biodiversidade (1992) e o Protocolo de Nagoya (2010) no Ordenamento Jurídico Brasileiro: um estudo de caso sobre a transferência de biodiversidade e a repartição de benefícios no Brasil
#61230	Não	6,8	O Princípio da Veracidade nos Signos Distintivos (Nomes Empresariais e Marcas): Análise da Deceptividade Superveniente no Uso do Sinal Marcário.
#61541	Não	4,8	AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAIS DA MINA TUCANO NOS MUNICÍPIOS DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI E SERRA DO NAVIO - AMAPÁ
#58642	Não	0	DO AÇAMBARCAMENTO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL, INTELECTUAL E TECNOLOGIA. INSTITUTO INTRODUZIDO PELA LEI Nº 12.529 E UMA ANÁLISE DA VIOLAÇÃO ANTITRUSTE E DA CONCORRÊNCIA DESLEAL: Uma análise da reparabilidade civil individual e coletiva de atos e negócios ilícitos (decorrentes de infrações contra ordem econômica)
#61450	Não	0	O ENCONTRO INASTÁVEL DA LEI 11.101/05 E OUTROS MICROSSISTEMAS LEGAIS: POR UMA CORRETA ABORDAGEM DO PROBLEMA DA EM CRISE – A NEGOCIAÇÃO E A CONSENSUALIDADE COMO ELEMENTOS CENTRAIS PARA TRATAMENTO DA INSOLVÊNCIA EMPRESARIAL
Doutorado - Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento			
Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#61770	Não	9	NEURODIREITO E PSICOLOGIA FISCAL NA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA NO BRASIL
#61077	Não	9	Interpretação e Aplicação Financeira e Tributária no atual contexto de Inteligência Artificial na era da Quarta Revolução Industrial
#61686	Não	9	O PRINCÍPIO DA SINCERIDADE ORÇAMENTÁRIA COMO UM DOS ELEMENTOS DE LEGITIMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO PODER PELO MANDATÁRIO
#61340	Não	9	MENSURAÇÃO E MONITORAMENTO DA EROSIÃO DA BASE TRIBUTÁVEL - AÇÃO 11 DO PLANO BEPS (BASE EROSION AND PROFIT SHIFTING): INDICADORES DE OCORRÊNCIA DE BEPS NO BRASIL
#62051	Não	8	Entre o decisionismo de emergência e o telos constitucional: a exceção econômica no Direito Financeiro brasileiro e seus efeitos sobre o desenvolvimento social
#58251	Não	7,5	Constitucionalização do equilíbrio orçamentário no Republicanismo Democrático
#61547	Não	7	A TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO A PARTIR DE UM VIÉS IMPLÍCITO DE GÊNERO.
#61816	Não	6	A evolução exponencial do poder do Estado e o comportamento do Poder Judiciário como nova economia institucional e os seus impactos da aplicabilidade da inteligência artificial (IA), como resposta à alta judicialização tributária
#61569	Não	6	O Subfinanciamento do SUS e a (In)efetividade do Direito à Saúde: análise empírica da correlação entre o gasto público e os indicadores de efetividade do direito à saúde
#57788	Não	6	ABORDAGEM TRANSNACIONAL DA PROBLEMATICA DA INJUSTIÇA FISCAL ESTRUTURAL: O IMPACTO DA OPACIDADE FINANCEIRA GLOBAL SOBRE A PRODUÇÃO LEGISLATIVA DOMÉSTICA E SOLUÇÕES À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL TRIBUTÁRIO
#62110	Não	6	“Reforma Tributária Progressiva como Instrumento de Retomada do Desenvolvimento e de Justiça Social no Brasil PósPandemia: Caso do Imposto sobre Grandes Fortunas”
#58649	Não	6	A ADEQUAÇÃO DO BRASIL AOS STANDARDS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA DE TRIBUTAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS
#61384	Não	6	O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO COMO GARANTIDOR DO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE, NO SENTIDO DE IMPLEMENTAR ESSAS POLÍTICAS E ASSEGURAR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS ALÉM DO MÍNIMO EXISTENCIAL
#62081	Não	6	UMA PROPOSTA DE CONTROLE JURÍDICO-FINANCEIRO: O DEFICIT DE EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ASSEGURADOS PELOS FUNDOS PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
#57994	Não	6	SANÇÕES TRIBUTÁRIAS-ADUANEIRAS DECORRENTES DA IMPORTAÇÃO DE MERCADORIA: LIMITES CONSTITUCIONAIS NA TIPIFICAÇÃO APLICAÇÃO DAS SANÇÕES
#61760	Não	6	O FEDERALISMO FISCAL E AS TRANSFERÊNCIAS FISCAIS INTERGOVERNAMENTAIS: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DOS CRITÉRIOS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM) NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
#57627	Não	6	A crise fiscal do Estado do Rio de Janeiro, sob a ótica das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e a análise da eficácia da aplicação do Regime de Recuperação Fiscal à luz do Federalismo Fiscal.
#61448	Não	6	VALORAÇÃO ADUANEIRA E PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA: POSSIBILIDADE DE CONVERGÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS INSTITUTOS NO BRASIL
#61093	Sim	6	Questões fiscais à luz da economia comportamental: limites, experiências e possibilidades
#61282	Não	6	A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: uma proposta de análise dogmática e jurimétrica de retirada do véu, palíndromo?
#57647	Não	6	REGIME JURÍDICO DOS INCENTIVOS FISCAIS VINCULADOS AO ICMS: INTERFACE ENTRE O DIREITO ECONÔMICO, O DIREITO FINANCEIRO E O DIREITO TRIBUTÁRIO
Doutorado -Teoria e Filosofia do Direito			
Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#57742	Não	8,9	Louis Althusser e a necessidade da contingência da história: O materialismo aleatório como uma nova filosofia para o marxismo
#61530	Não	8,9	Nossos mortos têm voz: mães de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro, acesso à justiça e trabalho de luto
#58012	Não	8,8	Ações de Escravidão: Uma ameaça à liberdade no Império do Brasil
#61504	Não	8,7	O adolescente em conflito com a lei e o adolescente sujeito de direitos: autopercepção, desvio, estigma e exclusão
#61749	Não	8,7	Constitucionalismo kafkiano: a literatura de Kafka como chave de leitura da história constitucional brasileira durante a ditadura civil-militar-empresarial
#61762	Não	8,7	O DIREITO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO CONTEXTO NEOLIBERAL: grandes projetos urbanos e processos de privatização da cidade em Salvador-Bahia
#61377	Não	8,5	O anti-dano: para uma crítica do direito de danos entre a reprodução sócio-jurídica do capitalismo e a produção do sujeito neoliberal
#61593	Sim	8,5	O direito dos tribunais na ditadura militar: usos, costumes e leis do trabalho nos anos de 1960 nas comarcas do interior do Estado do Rio de Janeiro
#58652	Não	8,4	GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DE JUÍZES NO RIO DE JANEIRO E PERNAMBUCO
#61590	Não	8,4	Aldeias Urbanas: os impactos da expansão urbana de Fortaleza sobre os territórios indígenas
#58176	Não	8,3	DISCURSO DE ÓDIO E EXCESSIVA JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: AS TENSÕES DAS GRADES DE PROTEÇÃO DA DEMOCRACIA
#61595	Não	8,3	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA SUBSTANCIAL: UM MEIO PARA DEMOCRACIA?
#61313	Não	8,1	Nome social em ambiente escolar de ensino público: o regime jurídico e o poder emancipatório
#61971	Não	8,1	Colonialidade do poder e discursos jurídicos no processo de desterritorialização de atingidos por barragens
#57817	Não	8	Regularização fundiária ou reprodução sociojurídica da expropriação: um estudo de caso do povo cigano de Sousa (PB)
#61856	Não	8	DIREITO OU REPRESENTAÇÃO: O QUE BUSCAM OS ATORES SOCIAIS?
#61836	Não	8	Dialética, direito e capital: da crítica à economia política à crítica ao direito a partir da análise do Livro III de O capital de Karl Marx
#61319	Não	8	A (des)igualdade no judiciário: um estudo sobre a participação de mulheres negras na magistratura brasileira em perspectiva comparada
#61711	Não	8	A REPRODUÇÃO CAPITALISTA DA FOME: do entrelaçamento entre as dinâmicas da troca de equivalentes e expropriação capitalista à miséria humana
#57778	Não	8	NOVA DIREITA JURÍDICA NO BRASIL: CONSERVADORISMOS, NEOLIBERALISMO E INCIDÊNCIAS NO CAMPO DO DIREITO
#61802	Não	8	O cuidado como questão de justiça: temos o direito de cuidar e sermos cuidado/as?
#61985	Não	8	O DIREITO NO POVO WAIMIRI-ATROARI: DECOLONIZANDO A IDEIA DE REPARAÇÃO JUDICIAL A PARTIR DE UM PERSPECTIVISMO AMERÍNDIO
#58572	Não	8	O COMUM NA PRÁXIS DO MOVIMENTO LGBTQIA+ NO BRASIL: Luta e Resistência em Face do Neoliberalismo.
#61652	Não	7,9	ESPACIALIZAR O DIREITO NA CRÍTICA DA FORMA JURÍDICA: proposta para um direito à cidade contra o estável e o efêmero
#62074	Não	7,8	METAMORFOSES AUTORITÁRIAS: Gênese do poder autoritário, militarização e fascismo no Brasil Contemporâneo
#58564	Não	7,7	“Nem senzala, nem prisão: abolição”. Trajetórias decoloniais de um abolicionismo penal brasileiro
#62076	Não	7,6	A Norma e a Memória: Para uma Crítica da Normatividade Jurídica
#61926	Não	7,6	A LIBERDADE DE CONVENCIMENTO NOS MEANDROS DA PROPAGANDA ELEITORAL: VIESES COGNITIVOS COMO LIMITAÇÃO AO EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE INFORMAÇÃO EM UM AMBIENTE DEMOCRÁTICO
#58547	Não	7,6	Liberdade psicoativa: alteração da consciência e práticas de resistência
#61489	Não	7,5	Direito para emancipar ou reformar? As teorias jurídicas pós-modernas sob uma crítica marxista a partir de processos políticos na América Latina
#61833	Não	7,5	TERRORISMO DE ESTADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
#61888	Não	7,4	Financeirização da terra e mudanças no marco da regularização fundiária no Brasil
#62038	Não	7,4	TOTALITARISMO: REFLEXÕES SOBRE A NOÇÃO EM HANNAH ARENDT EM FACE DA CRÍTICA À ESQUERDA
#61417	Não	7	Judicialização do direito à saúde: uma medida de equidade sob o olhar da ética?
#62020	Não	7	PESQUISAS SOBRE INTERVENÇÕES ASSISTENCIAIS NO CAMPO DA EXECUÇÃO PENAL: QUAL ABORDAGEM METODOLÓGICA?
#58553	Não	6	O PROJETO POLÍTICO DE EXPANSÃO DA UBERIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL
#62025	Não	6	SOCIOLOGIA POLÍTICA DO DIREITO: A QUESTÃO INDIGENISTA